

FERNANDO OLINTO H. FERNANDES

Cinco séculos de Brasil demonstram que nossa História começou com a distribuição de sesmarias e capitanias, e continua nos tempos atuais com a distribuição de cargos públicos para os amigos, que via de regra começam a distribuir o dinheiro público. Vivemos 500 anos em uma enorme capitania hereditária, onde é normal os integrantes da Corte transformarem os bens e negócios públicos (tudo que pertence ao Estado) em um bem pessoal; hábitos seculares da administração de barões que se confundem com o próprio Estado. Seguimos como os colonizadores em busca de posições e riquezas fáceis, prosperidade sem custo. Cinco séculos deitados em berço esplêndido fizeram vicejar o jeitinho como quintessência da sabedoria, a acomodação e a preguiça como formas de vida e a corrupção como meio de os mais espertos e impunes ganharem. Corrupção e fraudes são uma tormenta nacional, um defeito natural de nossa inteligência.

Esta apropriação ilegal e imoral do patrimônio do povo, do contribuinte, da coletividade, que estoura como pipoca nas manchetes dos jornais em uma sucessão cansativa e interminável, e apesar da repetição vergonhosa de escândalos, corrupção e denúncias não conseguimos frear a afeição dos ladrões do dinheiro público. Fazemos, de tempos em tempos, um mea-culpa peculiar, de singular tibieza, e acabamos por manter os mandamentos e ordenações da cumplicidade frente a nossa própria incapacidade de fazer valer nossas leis. Aliás, a lei do Gerson vigora em sua plenitude — aquela que diz que todo mundo gosta de levar vantagem em tudo.

Pelas regras do subdesenvolvimento, que garante a impunidade para os ladrões de colarinho branco, as investigações são teatrais, e no mais das vezes não dão em nada. Neste reino encontramos geniais mestres no faz-de-conta dos inquéritos rigorosos, alçados à luz dos flashes como heróis, paladinos da justiça, caçadores de corruptos e marajás. Verdadeiras novelas de um eterno e tragicômico combate entre o bem e mal, entre nebulosas caricaturas de jus-

tos e homens maus, são publicadas, e no fim de cada episódio, entre os mortos e feridos, ninguém vai preso ou um centavo volta aos cofres públicos. Mas o pior é que sempre temos um novo capítulo entre cem scripts da vida real que acontecem todo dia.

Não há nada de novo quando do fundo das administrações passadas emergem escândalos de malversação de verbas e descaminhos da função pública.

Aproveitadores afoitos tomaram de assalto a Secretaria de Estado de Saúde no Governo Leonel Brizola, lotearam os hospitais decadentes em um autêntico regime feudal, como fossem terras férteis onde impunham taxas e impostos macabros. Construíram uma coletoria especial com taxas progressivas de corrupção e deixaram um rastro incalculável e

“...coragem para enfrentar e desmantelar a rede de fraudes diárias que rouba mais de um bilhão de reais por ano”

oculto de mortes e dor. Uma legião de vândalos desonestos ocupou a direção central da Secretaria de Saúde e o Fundo Estadual de Saúde, como predadores, devorando os recursos destinados às emergências, às maternidades, aos serviços de cirurgia...

Deixaram médicos desesperados sem material e equipamento para atender a casos graves e urgentes. Deixaram órfãos e viúvas.

Agora com o julgamento do Tribunal de Contas do Estado afirmam que só assinaram cheques e processos, com a cara-de-pau de quem acredita que goza de alta reputação de honradez.

Compras superfaturadas e notas fantasmas sempre estiveram no coração da administração do Estado brasileiro, onde o roubo é primário, sem nenhum requinte de sofisticada-

ção. Os fatos têm se repetido. A lista do TCE apontou diretores de hospitais que estavam na linha de frente das caóticas e sucateadas unidades públicas, mas que jamais deixaram de receber os feridos da violência urbana. Como todas as listas, esta certamente condenou inocentes, e tecnicamente absolveu culpados que não assinaram papéis ou documentos, mas atuaram nos bastidores como carregadores de processos e sacos de dinheiro; verdadeiros boys de luxo que recebiam gorjetas das safadezas.

Não é difícil encontrar funcionários públicos com barcos sofisticados, carros importados do ano, casa de praia luxuosa e apartamentos maravilhosos! O mais difícil é alguém ter coragem de investigar esses sinais exteriores de riqueza, incompatíveis com o cargo e o salário, que são evidências comprometedoras. Sem falar das festas exibicionistas, casamentos grandiosos das filhas e viagens para Aruba, Las Vegas, Atlantic City! Funcionário público de carreira que voa pelo mundo todo ano, com toda a família, se não for casado com uma executiva do primeiro time, é no mínimo suspeito.

Um ou outro afoito ladrão que escorega e cai na malha da suspeita e nas páginas dos jornais consegue a mais absoluta impunidade, com a burra cheia de dinheiro público e excelentes advogados, ao driblar os processos de redação obscura e linguajar hermético. Leis e códigos não vencem a armadura da impunidade que é criada por uma polícia esfaçada e que não investiga, por um Ministério Público acomodado, além dos erros no varejo de uma Justiça burocratizada onde até somem documentos, provas e processos dormitam nas mesas de juizes por anos.

É fácil condenar bicheiros, PCs da vida e a máfia da Previdência depois que a imprensa descobriu e publicou o testemunho de motoristas e secretárias.

O que nós precisamos para melhorar a saúde não é somente investimentos, mas principalmente coragem para enfrentar e desmantelar a rede de fraudes diárias que rouba mais de um bilhão de reais por ano dos hospitais públicos!

Fernando Olinto Henriques Fernandes é médico e coordenador de projetos especiais da Secretaria estadual de Saúde.